

I CONGRESO IBEROAMERICANO DE DOCENTES

CONGRESO VIRTUAL DEL 26 NOVIEMBRE AL 08 DICIEMBRE DE 2018

ALGECIRAS (CÁDIZ) DEL 06 AL 08 DICIEMBRE DE 2018

Actas del Congreso Iberoamericano de Docentes

Os impactos do sistema neoliberal na formação
profissional do (a) assistente social no Brasil

Josiani Julião Alves de Oliveira

Paula Ravagnani Silva

ISBN: 978-84-948417-0-5

Edita **Asociación Formación IB.**

Coordinación editorial: **Joaquín Asenjo Pérez, Óscar Macías Álvarez, Patricia Ávalo Ortega y Yoel Yucra Beisaga**

Año de edición: **2018**

Presidente del Comité Científico: **César Bernal.**

El I Congreso Iberoamericano de Docentes se ha celebrado organizado conjuntamente por la Universidad de Cádiz y la Asociación Formación IB con el apoyo del Ayuntamiento de Algeciras y la Asociación Diverciencia entre otras instituciones.

<http://congreso.formacionib.org>



red
iberoamericana
de docentes



formaciónib))

OS IMPACTOS DO SISTEMA NEOLIBERAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL

JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA

Doutora e Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UNESP - CEP: 14409-160, Franca-SP, Brasil. Pós-Doutorado pela Universidade de Aveiro Portugal. Líder Grupo de Pesquisa Práticas de Pesquisa-PRAPES-CNPQ-

E-mail: josianiju@gmail.com

PAULA RAVAGNANI SILVA

Assistente Social e Doutoranda. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UNESP - CEP: 14409-160, Franca-SP, Brasil. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro Grupo de Pesquisa Práticas de Pesquisa-PRAPES-CNPQ, E-mail: paularavagnani1@gmail.com

INTRODUÇÃO

O referido artigo tem por objetivo analisar e refletir acerca dos alicerces constituintes do Sistema Neoliberal e suas dimensionalidades no cerne do modelo Toyotista mediante a acumulação flexível, reestruturação produtiva e mundialização do Capital, frente as suas determinações com relação às esferas do Trabalho.

Assim, compreender as dimensionalidades da Política de Educação vinculada a Hegemonia Neoliberal, com destaque, nos países considerados subdesenvolvidos, como, o Brasil, dentre os atentos do acordo no Consenso de Washington diante de organismos internacionais, dentre, por exemplo, o Banco Mundial, a influência dos Estados Unidos e os interesses do grande empresariado, nesse contexto, a Educação se insere no campo da mercantilização, sobretudo, diante da tendência as privatizações.

E, nessa acepção, apreender sobre o processo de formação profissional do Assistente Social inserido nos atentos que circundam a Política Educacional vinculada aos aportes do Sistema Neoliberal, que, tem por finalidade, a formação de profissionais

com o mínimo de qualificação, adaptadores, flexíveis, detentores de múltiplas funcionalidades, voláteis e passivos, que atendam, dessa forma, os objetivos do capital na manutenção da ordem societária em vigência. Nesse sentido, foram findadas as considerações finais, onde se dimensionaram as reflexões dos fatores expostos.

1 O Sistema Neoliberal em análise

No âmbito do século XIX, em esfera global, os alicerces envoltos da liberdade e do individualismo se consolidaram no contexto do Liberalismo que se findou na Europa, nos Estados Unidos, assim como nas nações denominadas de Capitalismo de patamar periférico, que, por sua vez, se reorganizou mediante outros rearranjos diante do século XXI, ou seja, nos aportes constituintes do delineado modelo Neoliberal, tendo em vista que o mesmo se materializou a partir de 1990 nos países dimensionados como periféricos que abarcam as nações latino-americanas.

A crise que se constituiu referente ao modelo Taylorista-Fordista, perpetuou, assim, uma crise de cunho estrutural com relação ao delineado Sistema Capitalista de Produção, configurando, dessa forma, o modelo Toyotista em conformidade com as estratégias e finalidades do Sistema Neoliberal, em que:

[...] tende a ocorrer uma racionalização do trabalho que, por se instaurar sob o capitalismo manipulatório, constitui-se, em seus nexos essenciais, por meio da inserção engajada do trabalho assalariado na produção do capital (o que Coriat denominou de “engajamento estimulado”). Ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, com a produção capitalista, sob as injunções da mundialização do capital, exigindo, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, os impulsos desesperados – e contraditórios – do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado) (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 345).

Nessa direção:

[...] o toyotismo estabelece uma produção mais diretamente vinculada a demanda, [...] . É um sistema que se estrutura no trabalho em equipe [...], baseando-se num processo produtivo flexível onde o-a trabalhador-a opera simultaneamente várias máquinas . [...] tem como princípio o *just in time* , metodologia que busca reduzir continuamente todo “estoque” de tempo e de efetivos. Esta baseia-se num aparato de informação e reposição de produtos chamado *Kanban*. Conformam-se, por fim, uma estrutura produtiva mais horizontalizada, aspecto que se estende também a toda rede de subcontratação das empresas, ampliando a chamada terceirização (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 64 – grifos dos autores).

Assim, o Neoliberalismo se condensou enquanto uma “[...] reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado, que passou a se constituir, desde então, na principal força estruturadora do processo de acumulação do capital” [...] (TEIXEIRA, 1996, p. 195), nesse sentido, de acordo com Teixeira (1996) acerca da Teoria Neoliberal, as dimensões do Estado devem ser centradas de modo a garantir a perpetuação e estruturação do Sistema Neoliberal e, suas orientações, desse modo, devem emergir frente à propagação e garantia com relação à liberdade de cunho individual e na manutenção nos aspectos referidos ao cumprimento da lei e o estabelecimento da ordem, assim, perpetua a tendência de privatizações e da competição mediante os fatores constituintes que regulamentam o mercado.

Dessa forma, dimensionou-se o processo de reestruturação produtiva tendo por finalidade reorganizar a hegemonia que consolidava o viés Capitalista, englobando, assim, as mutações desencadeadas no reordenamento da funcionalidade com relação ao Estado e na maneira do processo produtivo, materializando, portanto, os aportes da precarização advinda da flexibilização no viés Neoliberal.

Perpetua-se, nesse contexto, a denominada Divisão Internacional do Trabalho (DIT) diante de uma divisão no cerne produtivo e em nível na esfera internacional, assim, as nações que empreendem elevados poderes aquisitivos coadunam-se por meio das chamadas corporações, como, o Banco Mundial, nessa lógica, apropriam-se dos mecanismos oriundos do grande capital em prol de seus interesses e objetivos, frente às estratégias tendo por finalidade os atentos de controle, desse modo, permeiam-se no tocante às dimensões designadas no eixo dos fundamentos financeiros, bem como econômicos.

O Banco Mundial, portanto, segundo Nogueira (1999) adentra apoios de cunho financeiro no cerne de bancos de alicerces privados e internacionais, propiciando empréstimos para os delineados países, dimensionando, assim, os referidos ajustamentos no contexto setorial-estrutural, em 1889 houve uma reunião em Washington (capital dos Estados Unidos) contendo a participação de:

[...] funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington" (BATISTA, 1994, p.05).

O Brasil, seguindo as recomendações e orientações do referido Consenso de Washington (1989) pautou-se em uma organização frente à acumulação no contexto de um processo de financeirização no patamar econômico, dimensionando, assim, a vinculação de dependência ao capital de cunho privado.

O Sistema Neoliberal dentre seus mecanismos e intencionalidades, está estruturado de maneira a beneficiar os empreendimentos no patamar transnacional, assim como multinacional, dessa forma, acalentando e privilegiando as nações desenvolvidas em detrimento das consideradas subdesenvolvidas ou periféricas, estas, por sua vez, sofrem com a referida lógica que causa, sobretudo, entre outros fatores, o desemprego e as várias formas de subempregos, principalmente através das terceirizações, a consolidação dos níveis de desigualdade econômica e social, o acréscimo da pobreza e da violência, a concentração e má distribuição de renda, a ausência de incentivos e investimentos em políticas público-sociais na efetivação de Direitos, a subjugação diante do capital de viés internacional, contudo, a precarização da Política de Educação, que infere, assim, a estruturação do perfil de Assistente Social formado.

2 Neoliberalismo e Educação : rebatimentos na formação profissional de Assistentes Sociais no Brasil

O modo de organização pautado no Toyotismo apreende conforme Antunes e Pinto (2017), a “polivalência”, que promove, portanto, a estruturação, assim como a manutenção do mesmo, que está, assim, imbricado na lógica que rege o Sistema Neoliberal tendo por objetivo o acréscimo das atividades racionalizadas.

Dentre tais acepções, Coriat (1994) aborda, nessa dimensão, que se configuram como maneiras de impedir o processo do saber de modo completo e complexo diante do desenvolvimento do delineado Trabalho, por meio da qualificação de viés superficial dos trabalhadores frente às finalidades almejadas, haja vista que colabora para o crescimento do lucro destinado a classe dominante.

Perfaz-se, portanto, dentre os mecanismos e as finalidades do Sistema Neoliberal perante o Sistema Educacional a referida “Sociedade do conhecimento” perpetuando, desse modo, o:

[...] “capital humano”, “trabalho em equipe”, “times ou células de produção”, “salários flexíveis”, “envolvimento participativo”, “trabalho polivalente”, “colaboradores”, “pj” (pessoa jurídica, denominação falsamente apresentada como “trabalho autônomo”), “empreendedorismo”, “economia digital”, “trabalho digital”, “trabalho on line”, esse tornou-se o novo léxico do mundo do capital corporativo. Sempre impulsionados por “metas” e “competências”, que se tornaram o novo cronômetro da era digital. Comandados pela lógica da financeirização, a técnica, o tempo e o espaço se metamorfosearam, sendo que a demolição dos direitos do trabalho tornou-se exigência inegociável (ANTUNES; 2015 p. 06).

Assim, no contexto dos anos 1990, a denominação com relação a “Sociedade do Conhecimento” se caracterizou frente a um processo de adequação ao atento de ajustamento no cerne estrutural no âmbito dos países dimensionados como periféricos frente às atribuições e orientações deliberadas pelo Banco Mundial.

A Educação, nesse íterim, integra um projeto que finda à manutenção do viés de poder frente o Neoliberalismo no cerne da consolidação e perpetuação social, que

enseja, dessa maneira, a materialização de uma Educação articulada à hegemonia dominante, ou seja, Hegemonia Neoliberal, dimensionando, todavia, a considerada Educação Mercadológica.

Nesse sentido, o Consenso de Washington (1989) permeou a estruturação, sobretudo, no contexto da Política de Educação no Brasil, interferindo no modo de financiamento da mesma, que segundo Soares (1996), está articulada ao Banco Mundial, portanto, é orientada a atender os anseios e as intencionalidades do grande Capital no âmbito do Neoliberalismo e seus desdobramentos, dessa maneira, as denominações:

[...] de reordenamento advindo do ajuste neoliberal, principalmente a partir dos anos 1990, que colocaram a política educacional brasileira em um novo ciclo de adequação aos interesses do capital [...] a posição do governo brasileiro quanto às propostas apresentadas pelo “Consenso de Washington” (BULL, 2011, p.76-77).

Uma vez que o financiamento com relação à Educação Brasileira está associado ao Banco Mundial, perpetua-se, assim, uma Política Educacional flexível e volátil “[...] para atender as exigências e aos imperativos empresariais [...]” (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 104), tal acepção, se estende na materialização da Educação Superior, que insere a realidade do Brasil, mediante ao estímulo para modos de consolidação visando a regulação perante as instituições de cunho estatal, objetivando, nessa dimensão, a capitalização de investimentos privados, portanto, disseminam recursos públicos em organizações privadas (LIMA, 2011).

Bem como de acordo com Lima (2011), reduzem e eliminam investimentos com relação as políticas de caráter compensatório, como, por exemplo, moradia e alimentação e, contudo, incentivam e vinculam o afloramento das referidas instituições consideradas não universitárias, fragilizando, nessa acepção, os atentos que encubem o tripé das instituições públicas que engloba o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Mediante a financeirização, assim como a mundialização do processo de acumulação frente o Capital, a divisão sócio-técnica da atividade laboral e a reestruturação produtiva, se constituem os fatores envoltos da formação profissional do Assistente Social e seus desdobramentos em comunhão com os intentos Neoliberais no cerne da Educação, visando à manutenção da estrutura da ordem vigente, adentrando, nesse aporte, os interesses e as intencionalidades do setor do grande empresariado e, também, das organizações em nível internacional, dessa maneira, as reformas educacionais:

[...] trazem embutidas em sua concepção: uma escola (e uma “educação”) **flexibilizada** para atender as exigências e aos imperativos empresariais; uma formação **volátil**, **superficial** e **adestrada para suprir as necessidades do mercado de trabalho “polivalente”, “multifuncional” e flexível**. Não é difícil perceber que a “educação” instrumental do século XXI, desenhada pelos capitais em sua fase mais destrutiva, não poderá desenvolver um sentido humanista e crítico [...] (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 104 – grifos nossos).

Uma concepção educacional contrária, nesse sentido, de uma formação de sujeitos, assim, no âmbito da política de Educação Superior, de Assistentes Sociais, críticos, criativos, ativos e propositivos, diante da materialização da formação flexível, passiva, irreflexiva, reprodutora e adaptadora do sistema Neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Neoliberal dentre sua constituição até suas fundamentações e intencionalidades mediante os atentos do mundo do Trabalho, apreende o processo de reordenamento do Estado nos aportes da reestruturação produtiva e da mundialização do capital perante as tendências da flexibilização, centradas, no modelo de gerenciamento Toyotista em prol ao Capital.

Tais características orientam a Política Educacional, imbricada, dessa forma, nos moldes Neoliberais, onde nas nações em desenvolvimento ou consideradas periféricas, assim, o Brasil, detém influência das grandes corporações empresariais e dos organismos internacionais, como, o Banco Mundial, sobretudo, diante das atribuições que foram aferidas pelo Consenso de Washington.

No referido contexto, se insere a política de Educação Superior e, assim, da formação profissional de Assistentes Sociais, mediante, portanto, a uma concepção de Educação pautada na flexibilidade, na multifuncionalidade e na superficialidade, tendo por finalidade a formação de sujeitos adaptadores e não transformadores de suas realidades, em contraposição, desse modo, com os princípios éticos-políticos da categoria que orientam a formação de profissionais críticos, criativos e ativos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (2015). **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez [Edição Comemorativa de 20 Anos].

ANTUNES, Ricardo (2015). **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto (2017). **A Fábrica da Educação** - da especialização taylorista a flexibilidade toyotista. São Paulo: Cortez. (coleção questões da nossa época; v. 58)

BATISTA, Paulo Nogueira (2004). **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.

BULL, Thalita Giovanna (2011). Política educacional e neoliberalismo no Brasil: uma leitura sob a ótica do serviço social. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 29, p. 65-89, jul./dez.

CORIAT, Benjamin (1994). **Pensar pelo Avesso**: o modelo japonês de organização do trabalho. Rio de Janeiro, Ed. da UFJ/Revan.

LIMA; Kátia Regina de Souza (2011). O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século, **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (1999). **Ajuda externa para a educação brasileira**: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: Edunioeste.

SOARES, Maria Clara Couto (1996). **Banco Mundial**: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, Lívia; WARDE, Mirian Jorge e HADAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez: PUC-SP.

TEIXEIRA, Francisco José Soares (1996). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, Fortaleza; UECE.